

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores acionistas, investidores e demais partes interessadas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do **Banco Andbank (Brasil) S.A** submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Desempenho nos Negócios

Evolução do Balanço Patrimonial e dos Resultados

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação da estratégia de crescimento do Banco, com forte expansão da carteira de crédito, aumento das captações, crescimento dos ativos totais e retorno à lucratividade. Em paralelo, a Instituição avançou na implementação dos requerimentos regulatórios relacionados à Resolução CMN nº 4.966/21, reforçando suas práticas de gestão de riscos, governança e controles internos.

Durante 2025, o Banco manteve seu foco na expansão das operações de crédito e na ampliação da base de captação, preservando elevados padrões de governança, liquidez e gestão prudencial. Esse crescimento ocorreu em um ambiente desafiador, caracterizado por elevados níveis de taxas de juros, maior seletividade na concessão de crédito e permanência de pressões sobre o custo de *funding* do sistema financeiro. Ainda assim, a Instituição conseguiu ampliar sua geração de receitas e fortalecer sua posição competitiva

Os ativos totais alcançaram R\$ 3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, frente a R\$ 2,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024, representando crescimento de aproximadamente 39,3%. A carteira de crédito atingiu R\$ 2,9 bilhões, crescimento de aproximadamente 76,6% em relação aos R\$ 1,6 bilhão registrados em dezembro de 2024.

As receitas da intermediação financeira totalizaram R\$ 730 milhões em 2025, crescimento de 66,7% em relação aos R\$ 438 milhões registrados em 2024. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas operações de crédito, cujas receitas passaram de R\$ 433 milhões para R\$ 587 milhões, representando aumento de aproximadamente 35,4%.

As despesas da intermediação financeira aumentaram para R\$ 586 milhões, frente a R\$ 307 milhões em 2024, refletindo o maior custo de captação e o aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, face principalmente a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21.

Como consequência, o resultado da intermediação financeira alcançou R\$ 144 milhões, superando os R\$ 131 milhões registrados em 2024.

O Banco encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 19,5 milhões, ante um prejuízo de R\$ 32,7 milhões registrado em 2024.

A melhora do resultado decorreu principalmente:

- do aumento do volume de operações de crédito;
- da expansão da base de clientes e ativos administrados;
- do reconhecimento de créditos tributários e efeitos fiscais ocorridos no exercício.

Crescimento dos ativos sob gestão e custódia

Outra conquista importante no período foi o crescimento expressivo dos ativos sob gestão e custódia (AuM). O Banco apresentou expansão acelerada no volume de recursos de terceiros administrados e custodiados. Ao final do exercício de 2025, os ativos sob gestão atingiram seu maior nível histórico, indicando aumento da confiança dos clientes e investidores nos serviços de gestão de patrimônio oferecidos.

Esse desempenho em AuM decorre de uma estratégia bem-sucedida de ampliação da base de clientes de alta renda e institucionais, aliada a performance consistente dos fundos e carteiras administradas. Durante o último ano e meio, o Banco lançou novos produtos de investimento e fortaleceu a equipe de gestão de recursos, o que contribuiu para atrair novos aportes e fidelizar clientes existentes.

Processo de transferência de controle do Banco Andbank (Brasil) S.A.

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC (“Creditas LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações.

Em 23 de julho de 2025, o Banco Central do Brasil comunicou a Administração do Banco Andbank, que em sessão realizada em 16 de julho de 2025, foi autorizada a transferência do controle societário para a Creditas Holding Financeira Ltda.

Em 28 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, com a versão de parcelas cindidas à Andbank Holding Ltda e Andbank Wealth Participações Ltda. Em consequência da cisão o Capital Social do Banco foi reduzido de R\$ 517 milhões para R\$ 408 milhões.

Em 12 de fevereiro de 2026 houve a publicação no Diário Oficial da União da aprovação em 30 de novembro de 2025 do processo de transferência do controle societário do Banco Andbank para Creditas Holding Financeira Ltda.

Estrutura de gerenciamento de riscos

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.958, de 21.10.2021, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I e Nível II), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2025:

	<u>Patrimônio de</u> <u>Referência</u> <u>Nível I</u>	<u>Patrimônio de</u> <u>Referência</u> <u>Nível II</u>	<u>PR Exigido</u> <u>(RWA)</u>	<u>Índice</u> <u>Basileia</u>
<u>2025</u>				
Março	226.341	-	149.819	12,08%
Junho	292.370	-	169.648	14,58%
Setembro	265.950	-	188.228	12,10%
Dezembro	270.073	5.989	183.334	12,05%

Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

Considerações Finais

Em conclusão, a Administração acredita que o modelo de negócios do Banco, aliado à sua estrutura de governança e gestão de riscos, continuará oferecendo as condições necessárias para a geração sustentável de valor aos seus acionistas, clientes e demais stakeholders.

Agradecemos a confiança de nossos clientes, colaboradores e parceiros, pois os resultados apresentados são consequência direta desse relacionamento de confiança mútua. Seguiremos trabalhando com entusiasmo para perenizar o ciclo de crescimento e melhoria contínua, consolidando a posição do Banco entre as instituições financeiras de destaque no mercado.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras - Contexto Operacional, que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo origem e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetuadas no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Creditas Financial Solutions, LLC., firmado em 6 de julho de 2022. A transação de troca de controle foi aprovada pelo BACEN em 16 de julho de 2025, e, em decorrência da aprovação, conforme divulgado na nota explicativa nº 9, o Banco reconheceu R\$76,1 milhões de ativos fiscais diferidos. Em 30 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil e a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana) aprovaram a transferência de controle do Banco Andbank para a Creditas Holding Financeira Ltda. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

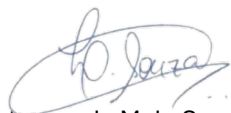
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro 2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro 2025
Disponibilidades	3	2.448	Instrumentos financeiros		3.671.175
Relações interfinanceiras	5	532	Depósitos	12	3.016.612
Instrumentos financeiros		3.749.890	Depósitos à vista		45.110
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	338.983	Depósitos a prazo		2.971.502
Títulos e valores mobiliários	4 a.	625.291	Operações compromissadas		34.979
Derivativos	4 c.	90.258	Recursos de aceites e emissão de títulos	12d.	550.866
Carteira de Crédito	6	2.893.090	Derivativos	4 c.	68.718
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(197.732)	Outras obrigações		30.525
Outros créditos		159.316	Negociação e intermediação de valores	13 c.	2.409
Rendas a receber	8 a.	38.064	Obrigações fiscais	13 a.	4.198
Ativo fiscal corrente		14.963	Diversas	13 b.	21.490
Ativo fiscal diferido	9	97.597	Provisões	14	2.428
Diversos	8 b.	8.692			
Outros valores e bens	10	24.731			
Outros valores e bens		1.928			
Despesas antecipadas		22.803			
Imobilizado de uso	11 a.	2.366	Patrimônio líquido	16	244.614
Outras imobilizações de uso		12.321	Capital	16.a	408.074
(Depreciações acumuladas)		(9.955)	Reserva de capital	16.b	1.890
Intangível	11 c.	7.031	Outros resultados abrangentes	16.d	11
Ativos intangíveis		8.251	Prejuízos acumulados		(165.361)
(Amortizações acumuladas)		(1.220)			
Total do ativo		3.946.314	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.946.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.**Demonstração do resultado**

Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2º semestre 2025	Dezembro 2025
Receitas da intermediação financeira		417.498	730.426
Operações de crédito	17	333.596	586.889
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 d.	83.157	149.352
Resultado de Operações de Câmbio		859	1.122
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6 e.	(114)	(6.937)
Despesas da intermediação financeira		(372.931)	(586.347)
Operações de captação no mercado		(221.682)	(374.605)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7 b.	(151.249)	(211.742)
Resultado da intermediação financeira		44.567	144.079
Outras receitas/despesas operacionais		(100.644)	(195.615)
Receitas de prestação de serviços	18	18.713	26.037
Despesas de pessoal	19	(28.516)	(57.421)
Outras despesas administrativas	20	(56.620)	(105.836)
Despesas tributárias		(11.776)	(20.818)
Resultado de investimentos em controladas	24	(76)	299
Outras receitas operacionais	21	6.269	10.147
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	22	(1.888)	(1.779)
Outras despesas operacionais	22	(26.750)	(46.244)
Resultado operacional		(56.077)	(51.536)
Resultado não operacional		(7.743)	(7.731)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(63.820)	(59.267)
Imposto de renda e contribuição social		1.170	80.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(2.142)	81.103
Imposto de renda	23	1.850	(123)
Contribuição social	23	1.462	(118)
Participação nos lucros e resultados		(2.073)	(2.073)
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício		(64.723)	19.522
Quantidade de ações ordinárias	16.a	1.140.774.792	1.140.774.792
Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		(0,05674)	0,01711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes

Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2025	Dezembro 2025
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício	(64.723)	19.522
Ajuste de avaliação patrimonial de operações classificadas como Vjora	(7)	241
Resultado abrangente total	(64.730)	19.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)



	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025		517.106	2.048	(230)	(170.884)	348.040
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	(30.842)	(30.842)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	241	-	241
Eventos de Cisão	2.1 / 16	(109.032)	-	-	16.685	(92.347)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(158)	-	158	-
Resultado do exercício		-	-	-	19.522	19.522
Saldo em 31 de dezembro de 2025		408.074	1.890	11	(165.361)	244.614
Saldo em 30 de junho de 2025		517.106	1.962	18	(117.395)	401.691
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(7)	-	(7)
Eventos de Cisão	2.1 / 16	(109.032)	-	-	16.685	(92.347)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(72)	-	72	-
Resultado do semestre		-	-	-	(64.723)	(64.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		408.074	1.890	11	(165.361)	244.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2025	Dezembro 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/ (prejuízo) do período		(64.723)	19.522
Depreciação e amortização		3.932	8.017
Resultado de investimentos em controladas		76	(299)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		151.249	211.742
Provisão/ reversão de contingências	14	639	1.190
Amortização do ágio	11	2.462	5.418
Impostos diferidos		2.142	(81.103)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalência de caixa		6	12
Baixas do imobilizado	11	359	359
Lucro ajustado		96.142	164.858
Variação de ativos e passivos		(221.136)	(384.964)
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(306.066)	(368.734)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras		182	186
Redução (Aumento) em operações de crédito		(1.155.288)	(1.381.110)
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		16.457	149.838
Aumento (Redução) em depósitos		1.211.743	1.143.217
Aumento em obrigações compromissadas		34.979	34.979
Aumento em instrumentos financeiros derivativos		13.931	60.392
(Redução) em outras obrigações		(34.534)	(20.066)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.540)	(3.666)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		(124.994)	(220.106)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível	11.d	(3.316)	(6.168)
Aquisição de imobilizado	11.b	(253)	(626)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.569)	(6.794)
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(128.563)	(226.900)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	470.000	568.343
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(6)	(12)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	341.431	341.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo.

O Banco atua na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, intermediação de títulos e valores mobiliários, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros.

O Banco passou por um processo de transformação, implantando um novo modelo de Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação foram o Back e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos realizados no departamento comercial, permitiram ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão. O Banco busca por novas parcerias para elevação de sua base de clientes e, consequentemente, a elevação de seu faturamento. O Banco conta ainda com o compromisso e a capacidade do Controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC (“Creditas LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

- a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltda. ao Andorra Banc;
- b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM;
- c) Reestruturação societária para transferência do *business* de *private banking* do Banco Andbank à Andbank DTVM; e
- d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 06 de julho de 2022 foi celebrado também contrato comercial entre Banco Andbank e Creditas Soluções Financeiras Ltda. (“Creditas Soluções Financeiras”), estabelecendo (i) serviços de indicação de operações de cessão de créditos originados pelo Grupo Creditas e (ii) a prestação de serviço pela Creditas Soluções Financeiras para a cobrança dos direitos creditórios que forem adquiridos pelo Banco Andbank. No exercício de 2025, foram adquiridos R\$ 1.263.667 em contratos de crédito sem coobrigação nas modalidades empréstimo pessoal com garantia de veículos, empréstimo pessoal consignado e financiamento de veículos. Esse valor inclui 10% de prêmio pago sobre o valor presente dos contratos adquiridos, que vem sendo reconhecidos na adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação, conforme previsto no contrato comercial.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA (“Autoritat Financera Andorrana”) concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil) S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em 16 de julho de 2025, o Banco Central do Brasil autorizou a transferência do controle societário para a Creditas Holding Financeira Ltda.

Em 29 de agosto de 2025, o Banco Andbank protocolou junto ao Banco Central do Brasil, processo de reestruturação societária, com a cisão parcial de certos ativos e passivos que será vertida para as entidades Andbank Holding Ltda. e Andbank Wealth Participações Ltda.

Em 28 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, que resultou na transferência do investimento e do controle na Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a Andbank Holding Ltda, e a versão de parcelas cindidas à Andbank Wealth Participações Ltda. Em consequência da cisão o Capital Social do Banco foi reduzido de R\$ 517 milhões para R\$ 408 milhões.

Em 12 de fevereiro de 2026 houve a publicação no Diário Oficial da União da aprovação em 30 de novembro de 2025 do processo de transferência do controle societário do Banco Andbank para Creditas Holding Financeira Ltda.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Crédito Varejo no Brasil e continuidade do segmento Private, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que contemplam a legislação societária, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerão as do BACEN.

Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 28).

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB 352/23 e normas complementares, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e optou por utilizar a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados na rubrica de Prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data.

Abaixo, demonstramos as alterações nas práticas contábeis e respectivos impactos:

Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	81.411
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21	30.842
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 01/01/2025	112.253

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Efeitos da adoção			Após a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	524	524	-	524
Relações interfinanceiras	718	718	-	718
TVM – disponível para venda	264.054	264.054	-	264.054
Instrumentos Financeiros Derivativos	74.627	74.627	-	74.627
Operações de Crédito	1.638.243	1.638.243	-	1.638.243
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	81.411	81.411	30.842	112.253
Depósitos	2.374.086	2.374.086	-	2.374.086

¹ Os depósitos objeto de hedge (vide nota 4c) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em função das aprovações do Banco Central do Brasil, referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, que resultou na transferência do investimento e do controle na Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a Andbank Holding Ltda, e a versão de parcelas cindidas à Andbank Wealth Participações Ltda. e a transferência do controle societário do Banco Andbank para Creditas Holding Financeira Ltda., apresentamos no quadro a seguir os efeitos desses eventos na posição patrimonial do Banco Andbank:

	30/11/2025 Antes cisão	Baixa de Créditos Tributários	Andbank Wealth	Andbank Holding	30/11/2025 Após cisão
Caixa e equivalentes a caixa	260.056	-	11.557	-	248.499
Títulos valores mobiliários e Derivativos	650.910	-	-	-	650.910
Operações de Crédito líquido de provisões	2.561.290	-	-	-	2.561.290
Créditos tributários	131.908	(5.056)	-	-	126.852
Outros ativos	80.486	-	3.528	-	76.958
Empresas ligadas	1.949	-	-	1.949	-
Intangíveis	90.553	-	83.627	-	6.926
ATIVOS TOTAIS	3.777.153	(5.056)	98.712	1.949	3.671.436
Outras obrigações	107.285	-	13.310	-	93.976
PASSIVOS	3.416.905	-	13.310	-	3.403.595
Capital	517.106	-	107.444	1.649	408.013
Reservas	1.990	-	-	-	1.990
Prejuízos acumulados	(158.849)	(5.056)	(22.043)	300	(142.163)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.248	(5.056)	85.402	1.949	267.841
PASSIVOS TOTAIS	3.777.153	(5.056)	98.712	1.949	3.671.436

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2026.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação depende de:

- (a) Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros;
- (b) As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ)

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Custo amortizado: É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada.

Taxa efetiva de juros: representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de origem atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato. Conforme disposições normativas o Banco optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas *pro rata temporis*, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento considerados imateriais.

A mensuração **a valor justo** de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a evidência mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.
- Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de “Fluxo de Caixa Descontado”, em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis.

No caso específico dos títulos presentes no Banco, estes estão classificados nos Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis.

Carteira de Crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas e mensuradas ao custo amortizado.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.

O Banco adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução 4.966/21. As perdas estão estimadas com bases nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/23.

Um ativo financeiro é **baixado contra a provisão para perdas esperadas** após todos os procedimentos necessários serem realizados e não termos mais expectativa de recuperação. Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas.

As **Renegociações e Reestruturações** das operações de crédito são realizadas com o objetivo de mitigar perdas e preservar o relacionamento com o cliente e são consideradas as mudanças nas condições contratuais e a intenção de evitar default da operação. Após a reestruturação, as operações são monitoradas para avaliação de cura e possível reclassificação para estágios de menor risco.

O detalhamento da carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, está apresentado na Nota 7.

Para contratos de TVM classificados como Valor Justo no Resultado (VJR) e que estão em dia, a mensuração a valor justo já incorpora o risco de crédito, portanto a variação no valor justo desses ativos reflete as flutuações de mercado e o risco de crédito, conforme a regulamentação vigente.

2.2.3 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e equipamentos de informática – 10% ao ano; e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.4 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de direitos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.5 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Em 31 de dezembro de 2025 não houve reconhecimento de perda por “*impairment*”.

2.2.6 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (20%), PIS (0,65%) e COFINS (4%).

O Banco adota a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais, reconhecendo-os contabilmente com base em expectativas de realização, suportadas por estudos técnicos e análises da Administração.

Desde março de 2022, o Banco havia interrompido a constituição de novos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, mantendo apenas aqueles já constituídos e registrados em seu balanço, com aprovação do Banco Central.

Entretanto, a partir de junho de 2025, o Banco retomou a constituição de créditos tributários, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, devidamente suportada por estudo técnico e pelo plano de negócios aprovado pela Administração. Assim, a constituição e manutenção dos créditos tributários observa a Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional – CMN, que dispõe em seu artigo 4º, inciso II, que a instituição financeira somente poderá efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras, demonstrada por meio de estudo técnico que evidencie a probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

2.2.7 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumentos financeiros	4
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7
Depósitos a prazo (valor destinado a hedge)	12
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Receita assessoria financeira	18
Imposto de renda e contribuição social diferido	23

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.8 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.9 *Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

Provisões – referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.10 *Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 *Combinações de negócios*

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – “*Purchase Price Allocation*”) e submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.12 *Investimentos*

O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.13 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.14 *Participações no resultado*

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.15 **Lucro (prejuízo) líquido por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

2.2.16 **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.17 **Alterações de normas contábeis**

Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil ¹;

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

CPC 33 (R1) - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20;

CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento;

CPC 46 - Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 48 – Instrumentos financeiros – homologado pela Resolução CMN nº 4.966/21 ¹.

¹ As Resoluções entraram em vigor a partir de 01/01/2025.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Dezembro 2025
Disponibilidades em moeda corrente	860
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.588
Total disponibilidades	2.448
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	338.983
Total de caixa e equivalentes de caixa	341.431

¹ São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:
b.

	Dezembro 2025	
	Valor contábil Bruto	Valor de Mercado
<u>Valor justo por meio do resultado</u>		
Carteira própria		
Nota comercial	10	10
Subtotal valor justo por meio do resultado	10	10
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>		
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro ¹	32.835	32.835
Debêntures	433	433
Subtotal	33.268	33.268
Vinculados à prestação de garantias ² :		
Letras Financeiras do Tesouro	223.701	223.701
Subtotal	223.701	223.701
Subtotal valor justo por meio de outros resultados abrangentes	256.969	256.969
<u>Custo amortizado</u>		
Carteira própria		
Cotas em fundos em direitos creditórios	348.319	348.319
Nota comercial	15.015	15.015
Subtotal	363.334	363.334
Vinculados à prestação de garantias:		
Cotas de fundos de investimentos ^{3 4}	4.978	4.978
Subtotal	4.978	4.978
Subtotal custo amortizado	368.312	368.312
Total	625.291	625.291

¹ Desse montante, R\$ 23.071 refere-se a garantia das operações com compromisso de recompra com vencimento de um dia útil.

² Refere-se a garantias de operações BM&F.

³ Outras garantias financeiras prestadas.

⁴ As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço.

c. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2025 ¹
Sem vencimento ²	353.298
A vencer até 360 dias	91.034
A vencer acima de 360 dias	180.959
Total	625.291

¹ Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

² Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil.

d. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura de risco de mercado, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia estabelecida pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	Dezembro 2025				
	Valor referencial	Valor patrimonial	Ajuste ao valor justo	Ativo Valor justo	(Passivo) Valor justo
Posição comprada					
Prêmio de opções - moeda estrangeira ¹	20.879	13.408	(7.813)	5.595	-
Swap - taxa de juros ²	915.466	648	-	648	-
Futuro - taxa de juros ¹	368.594	-	-	-	-
Hedge accounting	811.016	20.893	-	84.016	(63.123)
Total - Posição comprada	2.115.955	34.948	(7.813)	90.259	(63.123)
Posição vendida					
Prêmio de opções - moeda estrangeira ²	1.217	(15.300)	9.705	-	(5.595)
Futuro - moeda estrangeira ¹	368.594	-	-	-	-
Total - Posição vendida	369.811	(15.300)	9.705	-	(5.595)
Total ³	2.485.766	19.648	1.892	90.259	(68.718)

¹ A contraparte da operação é a B3.

² A contraparte da operação são empresas.

³ O vencimento das operações são superiores a 360 dias.

Os contratos de futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco e/ou depósitos em dinheiro, que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta em dezembro/2025 por depósito em dinheiro.

Estrutura de hedge

A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição a taxa de juros inerentes às operações de captação do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de variação de juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são os mais próximos possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado em 31 de dezembro de 2025.

Item objeto de hedge	Vencimento	Valor captação	Instrumento de hedge ¹	Variação no valor justo do objeto de hedge ²	Variação no valor justo do instrumento de hedge ³	Efetividade (%)
Depósitos a prazo	01/07/2027	-	Futuro DI	5	(5)	89,66%
Depósitos a prazo	01/10/2027	-	Futuro DI	724	(649)	96,89%
Depósitos a prazo	03/01/2028	-	Futuro DI	772	(797)	97,34%
Depósitos a prazo	03/04/2028	22.321	Futuro DI	267	(260)	99,34%
Depósitos a prazo	03/07/2028	127.292	Futuro DI	1.623	(1.634)	97,88%
Depósitos a prazo	02/10/2028	58.894	Futuro DI	828	(810)	96,88%
Depósitos a prazo	02/01/2029	81.563	Futuro DI	1.029	(1.062)	99,47%
Depósitos a prazo	02/04/2029	5.702	Futuro DI	100	(99)	99,78%
Depósitos a prazo	02/07/2029	65.294	Futuro DI	1.181	(1.178)	99,79%
Depósitos a prazo	01/10/2029	20.825	Futuro DI	387	(386)	98,13%
Depósitos a prazo	02/01/2030	63.524	Futuro DI	1.057	(1.077)	99,57%
Depósitos a prazo	01/04/2030	11.324	Futuro DI	260	(259)	99,99%
Depósitos a prazo	01/07/2030	125.740	Futuro DI	2.903	(2.903)	99,97%
Depósitos a prazo	01/10/2030	29.661	Futuro DI	695	(695)	94,31%
Depósitos a prazo	02/01/2031	55.118	Futuro DI	970	(1.029)	99,88%
Depósitos a prazo	02/01/2032	143.758	Futuro DI	3.360	(3.356)	92,38%
TOTAL		811.016		16.162	(16.201)	

¹ Em 31 de dezembro de 2025 o montante do diferencial a pagar dos contratos de futuros é de R\$ 665 líquido de taxas operacionais

² Valor justo apurado conforme hierarquia nível 2

³ Valor justo apurado conforme hierarquia nível 1

Composição dos valores de referência ("Notional") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência

	Dezembro 2025	
	Acima 12 meses	Total
<u>Estratégia de proteção</u>		
Posição comprada – <i>Pré x DI</i>	811.016	811.016
Total	811.016	811.016

e. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	36.268	72.078
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	46.679	75.303
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo	(16.884)	(56.675)
Resultado líquido sobre contrato de futuro	17.094	58.646
Total	83.157	149.352

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As operações de créditos são classificadas ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, estão assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Dezembro 2025
Cédula de crédito bancário (CCB)	1.486.945
Home equity	263.329
Adiantamento a depositantes	10
Crédito Pessoal – Consignado	702.973
Financiamento	300.392
Outros Crédito	3.087
Total	2.756.736

Custo de aquisição de operação de crédito ¹	136.352
Total de operações de Crédito	2.893.088
Operações de crédito no ativo circulante	731.392
Operações de crédito no ativo não circulante	2.025.344
Custo de aquisição no ativo circulante	38.710
Custo de aquisição no ativo não circulante	97.642

¹ Refere-se ao prêmio pago na aquisição da carteira de crédito originada pelo Grupo Creditas, representada por cessões de crédito sem coobrigação.

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Dezembro 2025	
	Total	
	Saldo	%
Vencidos:		
De 1 a 14 dias	145.682	25,64
De 15 a 90 dias	225.634	39,71
Acima de 90 dias	196.880	34,65
Total vencidos	568.196	100,00
A vencer:		
Até 90 dias	9.053	0,41
De 91 a 180 dias	30.905	1,41
De 181 a 360 dias	123.237	5,63
Acima 360 dias	2.025.345	92,54
Total a vencer	2.188.540	100,00
Total	2.756.736	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Dezembro 2025	
	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>		
Serviços	155.939	5,66
Agronegócio	534.342	19,38
Atividades Financeiras	30.805	1,12
Pessoas físicas	2.035.650	73,84
Total	2.756.736	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Dezembro 2025	
	Saldo	%
Maior devedor	428.249	15,53
Dez maiores seguintes	307.210	11,15
Demais devedores	2.021.277	73,32
Total	2.756.736	100,00

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram registradas baixas de crédito para prejuízo no montante de R\$ (132.556), sendo R\$ (105.389) no segundo semestre.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 908.600.

e. Cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios

No primeiro semestre de 2025, em consonância com os termos da Resolução Bacen nº 3.533/08, o Banco na figura de cedente firmou contratos de cessão sem retenção substancial de risco e benefício no valor nominal de R\$ 7.045, cujo valor de provisão correspondia a R\$ 6.586.

O efeito líquido no resultado do exercício dessa transação foi de prejuízo de R\$ 237, sendo formado por (i) baixa de carteira cujo valor contábil líquido na data da transação era de 7.045, (ii) baixa de custo de aquisição da carteira cujo valor contábil na data da transação era de R\$ 395 e (iii) valor efetivo recebido pela transação no montante de R\$ 617.

No segundo semestre de 2025, o Banco na figura de cedente firmou contratos de cessão sem retenção substancial de risco e benefício no valor nominal de R\$ 27.843, cujo valor de provisão correspondia a R\$ 517.

O respectivo efeito líquido no resultado oriundo dessa transação foi de lucro no montante de R\$ 403, sendo formado por (i) baixa de carteira cujo valor contábil líquido na data da transação era de 27.843, (ii) baixa de custo de aquisição da carteira cujo valor contábil na data da transação era de R\$ 2.229 e (iii) valor efetivo recebido pela transação no montante de R\$ 29.960.

O Banco firmou ainda, no segundo semestre de 2025, contratos de cessão de operações de *home equity* no valor nominal de R\$ 163.970, cujo valor de provisão correspondia a R\$ 2.230. Não há efeito líquido no resultado, pois o custo de aquisição é incluído no preço da transação.

f. Garantias financeiras prestadas

Em dezembro de 2025 o banco possui garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 4.870. Não houve registro de provisão para risco de crédito.

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

a. composição da provisão associada ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é composta por:

	Dezembro 2025
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	186.668
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – custo de aquisição de operação de crédito	10.421
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – TVM	643
Total	197.732
Circulante	150.300
Não Circulante	47.432

b. Movimentação da provisão associada ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Dezembro 2025
Saldo Inicial da provisão para perdas associadas a risco de crédito	81.411
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB nº 4.966/21	30.842
Reclassificações ¹	5.948
Saldo inicial ajustado	118.201
Operações baixadas como prejuízo	(132.211)
Constituição (reversão) da despesa com provisão de operações de crédito	206.627
Constituição (reversão) da despesa com provisão de custo de aquisição de operações de crédito	4.472
Constituição (reversão) da despesa com provisão de operações de TVM	643
Total de Constituição (reversão) de provisão	211.742
Total	197.732

¹ Reclassificação para adequação ao novo COSIF.

c. Níveis de risco da provisão associada ao risco de crédito – operações de crédito

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	A vencer	Vencidas	Total	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
C1	276.603	35.392	311.995	5.187	-	5.187
C2	1.307.648	413.523	1.721.171	105.330	8.120	113.450
C3	50	-	50	1	-	1
C5	604.239	119.281	723.520	42.909	25.121	68.030
Total	2.188.540	568.196	2.756.736	153.427	33.241	186.668

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	Dezembro 2025
Comissões e corretagens a receber ¹	1.163
Receita de assessoria financeira ²	36.901
Total	38.064
Ativo circulante	38.064

¹ Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

² Representa receita de incentivo ("incentive fees") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Credits LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional.

b. Diversos

	Dezembro 2025
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	368
Diferencial a receber operação de <i>hedge</i> ¹	665
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	1.987
Devedores diversos ²	4.211
Outros	1.461
Total	8.692
Ativo circulante	6.705
Ativo não circulante	1.987

¹ Valor inclui R\$ 665 de diferencial a receber da estrutura de *hedge* (nota 4c)

² Valor inclui saldo de conta transitória de baixa de parcelas de operações de créditos cujo valor é liquidado em d+1.

9 Ativos fiscais diferidos

Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições:

I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Conforme mencionado no contexto operacional, o Banco assinou contrato de compra e venda de suas ações e, tendo em vista a troca de controle acionário e a necessidade de o adquirente apresentar um novo plano estratégico para mensurar inclusive a realização de tais créditos, foi solicitado ao Banco Central a manutenção dos créditos tributários constituídos e o registro contábil dos créditos tributários não contabilizados, os quais até 31/12/2024 somavam R\$ 70.208. O pedido foi deferido em 23 de julho de 2025.

Ainda de acordo com a resolução 4.842/20, a prerrogativa de lucro tributável em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais não se aplica às instituições que tenham histórico de prejuízos verificado na fase anterior à mudança de controle acionário, deste modo, a partir de junho de 2025, com a aprovação do Banco Central para a transferência de controle do Banco, a Administração passou a constituir novos créditos tributários, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, devidamente suportada por estudo técnico e pelo plano de negócios aprovado. A Administração entende que a realização dos créditos tributários, ocorrerá dentro do prazo estipulado pelo Banco Central, estando suportada pela projeção de resultados e pela continuidade operacional do Banco.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2024	Constituição (Reversão)	Saldo 31/12/2025
Diferenças temporárias líquidas			
Provisão contingência trabalhista	398	(165)	233
Provisão devedores duvidosos	75	42.135	42.210
Estoque PDD - Transição Lei nº 14.467	-	32.704	32.704
Processos cíveis	846	(459)	387
Processos fiscais	323	150	473
Bônus	572	2.563	3.135
Provisão com comissões	621	183	804
Outras provisões para pagamento	146	107	253
Ajuste valor de mercado (TVM)	125	(975)	(850)
Total referente a diferenças temporárias	3.106	76.243	79.349
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (nota 23)	18.380	(132)	18.248
Total exercício 2025 ¹	21.486	76.111	97.597
Total 2º semestre 2025	104.729	(7.132)	97.597

¹ Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía R\$ 97.597 de créditos tributários ativados, sendo R\$ 18.248 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$ 79.349 de diferenças temporárias.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$ 76.559 em 31 de dezembro de 2025.

Abaixo demonstramos a projeção de realização dos Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias:

	Saldo 31/12/2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Diferenças temporárias líquidas									
Provisão contingência trabalhista	232	-	(11)	(222)	-	-	-	-	(234)
Estoque PDD - Transição Lei nº 14.467	32.704	(4.672)	(4.672)	(4.672)	(4.672)	(4.672)	(4.672)	(4.672)	(32.704)
Provisão devedores duvidosos	42.211	(42.211)	-	-	-	-	-	-	(42.211)
Processos cíveis	387	(103)	(7)	(66)	(12)	(110)	(89)	-	(387)
Processos fiscais	473	-	-	(473)	-	-	-	-	(473)
Bônus	3.134	(3.134)	-	-	-	-	-	-	(3.134)
Provisão com comissões	804	(804)	-	-	-	-	-	-	(804)
Outras provisões para pagamentos	255	(255)	-	-	-	-	-	-	(255)
Ajuste valor de mercado (TVM)	(850)	850	-	-	-	-	-	-	850
Total referente a diferenças temporárias	79.349	(50.329)	(4.690)	(5.433)	(4.684)	(4.782)	(4.761)	(4.672)	(79.349)
Prejuízo fiscal - IRPJ	13.629	(1.500)	(9.440)	(2.688)	-	-	-	-	(13.629)
Base Negativa - CSLL	4.619	(1.200)	(3.419)	-	-	-	-	-	(4.619)
Total exercício 2025	97.597	53.029	(17.549)	(8.121)	(4.684)	(4.782)	(4.761)	(4.672)	(97.597)
Realização a Valor Presente		(47.246)	(13.930)	(5.742)	(2.950)	(2.684)	(2.381)	(2.081)	

O crédito tributário oriundo do estoque de transição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD), nos termos da Lei nº 14.467, será realizado de forma diferida, mediante aproveitamento mensal à razão de 1/84 avos, com horizonte de realização estimado em 7 anos.

10 Outros valores e bens

	Dezembro 2025
Despesas antecipadas ¹	22.803
Bens não de uso	1.928
Total	24.731
Ativo circulante	10.290
Ativo não circulante	14.441

¹ Inclui R\$ 21.614 referente a *signing* bônus de retenção pagos a agentes autônomos e funcionários.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

		Dezembro 2025		
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Depreciação acumulada	Total
Instalações de móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	9.113	(6.867)	2.246
Equipamentos de informática/comunicação	10% a.a.	3.107	(2.987)	120
Equipamentos de segurança	20% a.a.	101	(101)	-
Total		12.321	(9.955)	2.366

b. Movimentação imobilizado

	Saldo inicial	Depreciação	Aquisição	Baixa	Saldo final
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.844	(954)	367	(11)	2.246
Equipamentos de informática/comunicação	19	(158)	259	-	120
Total exercício 2025	2.863	(1.112)	626	(11)	2.366
Total 2º semestre 2025	2.693	(569)	253	(11)	2.366

c. Ativos intangíveis

		Dezembro 2025		
	Taxa de amortização	Intangível	Amortização acumulada	Total
Ativos intangíveis	10%	8.251	(1.220)	7.031
Total		8.251	(1.220)	7.031

d. Movimentação intangível

	Saldo inicial	Amortização	Aquisição	Baixa	Cisão ¹	Saldo final
Ativos Intangíveis	52.774	(6.905)	-	(411)	(44.595)	863
Projetos em andamento	-	-	6.168	-	-	6.168
Ágio na combinação de negócios	44.450	(5.418)	-	-	(39.032)	-
Total exercício 2025	97.224	(12.323)	6.168	(411)	(83.627)	7.031
Total 2º semestre 2025	93.578	(5.825)	3.316	(411)	(83.627)	7.031

¹ Conforme mencionado na nota 1, em 30 de novembro de 2025, foi realizada a cisão parcial com a versão da parcela cindida para a Andbank Wealth Participações Ltda., como parte do processo de transferência do controle acionário.

12 Depósitos

O banco se utiliza majoritariamente de depósitos como forma de captação, sendo a mensurado pelo custo amortizado. A seguir o resumo dos instrumentos:

a. Composição por vencimento

	Dezembro 2025			
	À vista		A prazo ¹	Total
Vencimentos	não ligadas	ligadas	não ligadas	
Sem vencimento	45.050	60	-	45.110
Até 30 dias	-	-	42.358	42.358
De 31 a 60 dias	-	-	187.997	187.997
De 61 a 90 dias	-	-	46.622	46.622
De 91 a 180 dias	-	-	274.324	274.324
De 181 a 360 dias	-	-	476.380	476.380
Acima de 360 dias	-	-	1.943.821	1.943.821
Total	45.050	60	2.971.502	3.016.612
Passivo circulante	45.050	60	1.027.681	1.072.791
Passivo não circulante	-	-	1.943.821	1.943.821

¹ Do total de depósitos a prazo, R\$ 811.016 (valor de captação) são objeto de *hedge accounting* tendo seu valor justo apurado conforme hierarquia nível 2 (nota explicativa nº 4.c).

b. Composição por segmento de mercado

Composição	Dezembro 2025		
	À vista	A prazo	Total
Ligadas (nota 15)	60	-	60
Governo	528	-	528
Pessoas físicas	35.396	155.614	191.010
Pessoas jurídicas	9.126	2.815.888	2.825.014
Total	45.110	2.971.502	3.016.612

c. Concentração por depositantes

Composição	Dezembro 2025			
	À vista	A prazo	Total	%
10 maiores	24.174	2.892.335	2.916.509	96,68
50 seguintes	13.211	72.117	85.329	2,83
Demais	7.724	7.050	14.774	0,49
Total	45.110	2.971.502	3.016.612	100,00

d. Recursos de aceites de emissão de títulos

Título	Data de emissão	Data de vencimento	Saldo atualizado em 31.12.2025
LCA	18/12/2024	18/12/2029	57.939
LCA	23/10/2025	23/10/2032	123.968
LCA	17/11/2025	17/11/2032	153.144
LCA	15/12/2025	15/12/2032	151.136
LCA	23/12/2025	23/12/2030	48.155
LF	16/09/2025	18/09/2028	522
LF	29/12/2025	30/12/2030	10.013
LFS	18/11/2025	18/11/2032	306
LFS	21/11/2025	21/11/2032	611
LFS	24/11/2025	24/11/2032	305
LFS	26/11/2025	26/11/2032	3.149
LFS	27/11/2025	29/11/2032	508
LFS	28/11/2025	29/11/2032	304
LFS	12/12/2025	13/12/2032	504
LFS	15/12/2025	16/12/2032	302
Total			550.866

13 Outras obrigações

a. Obrigações fiscais correntes

	<u>Dezembro 2025</u>
IOF a recolher	234
Impostos e contribuições a recolher	3.964
Total	4.198
Passivo circulante	4.198

b. Diversas

	<u>Dezembro 2025</u>
Despesas de pessoal	12.590
Fornecedores	6.282
Despesas previdenciárias	870
Valores a pagar às partes relacionadas (nota 15)	361
Credores diversos	784
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	40
Outros	563
Total	21.490
Passivo circulante	21.490

c. Negociação e intermediação de valores

É composto por Comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 2.409 e está registrado no passivo exigível à longo prazo.

14 Provisões e passivos contingentes

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	<u>Exercício 2025</u>			<u>2º Semestre</u>	
	<u>Fiscais ¹</u>	<u>Cíveis ²</u>	<u>Trabalhistas ³</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 01/01/2025	<u>1.801</u>	<u>1.094</u>	<u>525</u>	<u>3.420</u>	<u>2.892</u>
Movimentação do período	<u>(750)</u>	<u>(234)</u>	<u>(8)</u>	<u>(992)</u>	<u>(464)</u>
Atualização / encargos	89	108	17	214	102
Constituição / (Reversão)	(420)	1.396	-	976	537
Pagamento	(419)	(1.738)	(25)	(2.182)	(1.103)
Saldo Final 31/12/2025	<u>1.051</u>	<u>860</u>	<u>517</u>	<u>2.428</u>	<u>2.428</u>

Depósito em garantia de recursos em 31/12/2025 (nota 8 b.)

¹ Referem-se substancialmente a Mandado de Segurança impetrado pelo Banco Andbank contra o Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil para discutir multa aplicada em razão da não entrega de informações, no montante de R\$ 1.051.

² Refere-se substancialmente a ações cíveis relacionadas às operações de empréstimos e financiamentos.

³ Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, com valor de causa conforme quadro:

	Dezembro 2025
Cíveis ¹	51.776
Trabalhistas ²	3.317
Fiscais	441
Total	55.534

¹ Refere-se substancialmente a (i) ação indenizatória civil no valor original de R\$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, para apurar a responsabilidade de terceiro (Global Capital) que teria atuado na gestão financeira do autor da ação judicial. O autor incluiu o Andbank na ação apenas em razão da concessão de empréstimo pelo banco durante a gestão financeira da Global Capital, sendo que o Andbank não tem qualquer envolvimento na gestão financeira do autor da ação; e (ii) ação de reintegração de posse de bens móveis com valor de causa, R\$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás, alegando que bens móveis foram retirados e não entregues pela depositária contratada pelo Andbank quando do cumprimento do mandado de desocupação do imóvel dado em garantia de operação de crédito em favor do Andbank.

² É composto substancialmente por reclamação trabalhista de ex-funcionário sobre remuneração fixa e variável, bem como horas adicionais e outros temas.

15 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui como controladora direta a Creditas Holding Financeira Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2025 essa remuneração foi de R\$ 1.612, sendo R\$ 818 no segundo semestre. Não há benefícios de longo prazo.

As demais entidades que pertencem ao mesmo grupo econômico são: Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A., Creditas Delaware Financial Solutions LLC e Creditas Cayman Financial Solutions LTD.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui R\$ 2.278 em empréstimo concedido a diretores da instituição, gerando resultado de R\$ 187 no exercício, sendo R\$ 41 no segundo semestre. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco detinha R\$ 34.979 de operações compromissadas com a Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em novembro de 2025 houve redução do capital social no montante de R\$ (109.032), dos quais R\$ (107.444) são decorrentes do processo de cisão com versão a Andbank Wealth Participações Ltda. e R\$ (1.588) são referentes à cisão do investimento do Banco Andbank na Andbank Distribuidora Ltda., com transferência para a Andbank Holding Ltda conforme apresentado na nota 2.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 está composto por 1.140.774.792 ações ordinárias, sem valor nominal.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. No exercício de 2025 não houve pagamento de dividendos.

b. Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em fevereiro de 2019, em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$ 3.411, representado pelo ativo intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.890.

c. Reservas de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 11 de valorização.

17 Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas com empréstimos	328.808	568.325
Rendas com financiamentos	36.875	94.957
Rendas com adiantamentos a depositante	11	15
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	7.127	11.460
Apropriação de custo de aquisição de carteira	(39.225)	(87.868)
Total	333.596	586.889

18 Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas de intermediação ¹	11.395	19.355
Remuneração operação estruturada ²	8.090	8.210
Rendas de corretagem de câmbio	(861)	(1.685)
Rendas de serviços de custódia	89	157
Total	18.713	26.037

¹ Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.

² Refere-se substancialmente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações para clientes.

19 Despesas de pessoal

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Proventos	(17.037)	(34.697)
Encargos Sociais	(5.356)	(10.691)
Benefícios	(5.170)	(10.166)
Pró-labore	(818)	(1.612)
Treinamento	(135)	(255)
Total	(28.516)	(57.421)

20 Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Serviços do sistema financeiro ¹	(12.963)	(22.708)
Processamento de dados ²	(10.339)	(19.692)
Serviços técnicos especializados ³	(26.955)	(51.852)
Aluguéis	(1.494)	(2.938)
Serviços de terceiros	(580)	(1.137)
Comunicações	(456)	(852)
Publicação	(30)	(30)
Viagens	(193)	(369)
Transporte	(118)	(228)
Outras ⁴	(3.492)	(6.030)
Total	(56.620)	(105.836)

¹ Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

² Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.

³ Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira.

⁴ Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R\$ (719) despesas com condomínio de R\$ (636), associação de classe de R\$ (597), dos quais R\$ (460), R\$ (312) e R\$ (305) são referentes ao segundo semestre respectivamente.

21 Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Prestação de serviços exportação ¹	1.910	2.125
Reversão de provisões operacionais ²	2.352	4.505
Reversão provisão ágio	868	1.909
Recuperação de despesas	238	238
Outras receitas operacionais	901	1.370
Total	6.269	10.147

¹ Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

² Refere-se a reversão de provisão de serviços técnicos especializados e contingências.

22 Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Amortizações e depreciações	(7.262)	(15.344)
Processos judiciais	(46)	(90)
Provisão de despesa de tecnologia	(76)	(300)
Baixa de ágio de custo de aquisição	(6.120)	(7.667)
Despesas legais com retomada	(12.848)	(21.834)
Outras ¹	(398)	(1.009)
Subtotal	(26.750)	(46.244)
(Constituição) / reversão / atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista	(1.888)	(1.779)
Subtotal	(1.888)	(1.779)
Total	(28.638)	(48.023)

¹ Inclui R\$ 90 referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital.

23 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.820)	(59.267)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	28.719	26.670
(Inclusões) Exclusões Permanentes	6.768	2.703
Amortização de ágio	(4.534)	(1.579)
Participações em controladas	510	135
Reserva de reavaliação	(164)	(78)
Outras despesas não dedutíveis	(1.066)	(555)
Benefícios Fiscais e outros	11.095	3.853
Lei do Bem	928	928
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(40.599)	(29.751)
Provisão para pagamentos	(11.481)	2.949
Provisão para devedores duvidosos	(29.118)	(32.753)
Outras temporárias	-	53
Lucro/Prejuízo antes da compensação	(11.661)	(378)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(3.271)	114
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.170	80.862
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.312	(241)
Imposto diferido	(2.142)	81.103

24 Participação em controlada

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento 2025	Resultado equivalência 2025
Andbank DTVM ^{1 2}	1.795	299	1.950	179.473.047	99,9888%	-	299

¹ Em 28 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, que resultou na transferência do investimento e do controle na Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a Andbank Holding Ltda.

² Em função do processo de transferência do investimento, o saldo do resultado apresentado é acumulado de onze meses.

25 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 5.237/25 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.955 e 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 12,05%.

	31/12/2025
Capital Principal antes das deduções	460.710
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(193.455)
Patrimônio de Referência (PR)	276.062
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(92.422)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	183.334

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 31 de dezembro de 2025, os quais estão registrados em contas de compensação R\$ 2.794.557.
- c. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

26 Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

A utilização de instrumentos derivativos tem por objetivo mitigar a exposição da instituição às variações na taxa de juros. Considerando as incertezas inerentes ao longo prazo, foi adotada uma estratégia de proteção para a posição em Certificados de Depósito a Prazo (CDBs) de emissão própria, com remuneração prefixada, mediante a utilização de contratos futuros.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital;
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

27 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

28 Resultados não recorrentes

Conforme nota 9, em junho de 2025 foram registrados R\$ 83.374 de créditos tributários, dos quais R\$ 70.208 representavam créditos tributários existentes e não registrados até 31/12/2024, sendo R\$ 4.982 referente a crédito tributários de prejuízo fiscal e R\$ 65.226 referente a crédito tributário de diferenças temporárias.

29 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgação nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

* * *